



Governmentalidade e memória: quando a reflexão se torna flexão

*Elias Dourado**

Resumo: Analisaremos o conceito foucaultiano de governamentalidade e os seus impactos sobre a memória. Veremos como aquilo que Foucault chama de governo contém em si uma forma específica de conduzir os sujeitos ao exame das próprias consciências, direcionando-as para um objetivo pré-estabelecido. Trataremos de explicitar a articulação entre memória e reflexão a fim de verificarmos como o sujeito que examina a sua própria consciência é um sujeito que reflete, essa reflexão, no entanto, quando influenciada pelo governo, se torna aquilo que chamaremos de flexão. Em seguida, veremos como a flexão é um modo particular de memória da sociedade competitiva, uma memória que contém em seu íntimo a competitividade. Por fim, indicaremos os impactos da flexão na memória e, por conseguinte, na educação.

Palavras-chave: Governamentalidade; Memória; Reflexão; Flexão; Consciência.

Governmentality and memory: when reflection becomes flexion

Abstract: We will analyze the foucauldian concept of governmentality and its impacts on memory. We will see how what Foucault calls government contains in itself a specific way of leading subjects to examine their own consciences, directing them to a pre-established objective. We will try to explain the articulation between memory and reflection in order to verify how the subject who examines his own conscience is a subject who reflects, this reflection, however, when influenced by

* Doutorando em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Filosofia/Metafísica pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: eliasfdourado@gmail.com. ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4933092757297984>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4677-6926>.

the government, becomes what we will call flexion. Next, we will see how flexion is a particular mode of memory of the competitive society, a memory that contains competitiveness in its heart. Finally, we will indicate the impacts of flexion on memory and, therefore, on education.

Key-words: Governmentality; Memory; Reflection; Flexion; Consciousness.

Gubernamentalidad y memoria: cuando la reflexión se convierte en flexión

Resumen: Analizaremos el concepto foucaultiano de gubernamentalidad y sus impactos en la memoria. Veremos cómo lo que Foucault llama gobierno contiene en sí mismo una forma específica de llevar a los sujetos a examinar sus propias conciencias, orientándolos hacia un objetivo preestablecido. Intentaremos explicar la articulación entre memoria y reflexión para verificar cómo el sujeto que examina su propia conciencia es un sujeto que reflexiona, esta reflexión, sin embargo, al ser influida por el gobierno, se convierte en lo que llamaremos flexión. A continuación, veremos cómo la flexión es un modo particular de memoria de la sociedad competitiva, una memoria que contiene la competitividad en su seno. Finalmente, indicaremos los impactos de la flexión sobre la memoria y, por tanto, sobre la educación.

Palabras clave: Gubernamentalidad; Memoria; Reflexión; Flexión; Conciencia.

Introdução

A articulação entre governamentalidade e memória, veremos, é fundamental para compreendermos o tipo de exame que fazemos de nossa interioridade nos dias atuais. Não trataremos de todas as nuances que Foucault aborda em seu diagnóstico, aproveitaremos, sobretudo, a análise do pensador quanto ao que ele chama de direcionamento da consciência, algo que advém, mormente, da pastoral cristã. Esse direcionamento, pouco desenvolvido por Foucault, possui íntima relação com a memória, algo que esmiuçaremos à frente.

A relevância de nossa análise se dá, em primeiro lugar, na identificação de uma relação muito própria da contemporaneidade naquilo

que tange ao exame de nossa própria interioridade. Essa relação não interfere apenas na esfera privada de cada sujeito, mas influencia as relações sociais, os modos de recepção, de reflexão daquilo que nos é dado. A interferência do governo sobre a memória, como trataremos, enfraquece a nossa capacidade de orientação, direcionando-nos para uma forma cada vez menos radical de compreensão do mundo, isto é, uma forma que não se preocupa em ir à raiz dos problemas. A educação se afasta de um movimento radical para se integrar a um movimento suave, as raízes deixam de ser relevantes, pois sequer conseguimos nos orientar sobre aquilo que somos.

Em segundo lugar, identificaremos como a reflexão se torna flexão, implicando uma mudança drástica de movimento consciente, de direcionamento. Por meio desse diagnóstico tentaremos compreender o modo particular de interpretação que o governo espera da memória, moldando, construindo uma forma subserviente de interpretação, uma forma voltada para a resolução de problemas, mas problemas já colocados como os mais urgentes, a saber, os problemas empresariais e econômicos. No lugar de incentivar um pensamento crítico capaz de identificar problemas por si mesmo, a educação passa a incentivar a resolução de problemas já dados como os mais fundamentais.

Dialogaremos, sobretudo, com o livro *Segurança, território, população*, de Foucault. Mais ao fim, também com *A nova razão do mundo*, de Dardot e Laval. Para uma análise da memória, dialogaremos com o livro *Lições para uma fenomenologia da consciência interna do tempo*, de Husserl, e *Confissões*, de Santo Agostinho. Com os pensadores em campo veremos, então, uma possível resolução para o problema fundamental que se coloca entre a governamentalidade e a memória.

Governamentalidade e memória

O que a governamentalidade tem a ver com a memória? Como é possível essa articulação? Para respondermos essas perguntas, devemos primeiro entender o que é governamentalidade e de que tipo de memória

estamos falando. Para abriremos a questão, podemos ver uma fundamentação mais geral que Foucault tenta fazer em *Nascimento da biopolítica*. Vejamos:

O próprio termo “poder” não faz mais que designar um (campo) de relações que tem de ser analisado por inteiro, e o que propus chamar de governamentalidade, isto é, a maneira como se conduz a conduta dos homens, não é mais que uma proposta de grade de análise para essas relações de poder (FOUCAULT, 2008, p. 258).

Em linhas gerais, governamentalidade nada mais é que a maneira como se conduz a conduta dos homens, observando as relações de poder existentes nessa forma de condução. Ou seja, trata-se de examinar como as condutas são alteradas, direcionadas, conduzidas, controladas. Vai-se ao íntimo dos indivíduos, às maneiras próprias de cada um se portar e se colocar em relação com o mundo. Mais do que isso, no entanto, devemos compreender que relação de poder há na forma governo que a torna capaz de conduzir os homens. O que, afinal, é governo? Em *Segurança, território, população*, Foucault tenta ir ao íntimo desse termo. Primeiro, vê na palavra governar um sentido de subsistência, de sustento. O que nos importa, porém, é o sentido moral do termo, sentido que Foucault classifica do seguinte modo:

“Governar” pode querer dizer “conduzir alguém”, seja no sentido propriamente espiritual, do governo das almas – sentido então plenamente clássico, que vai durar e subsistir por muito, muito tempo –, seja de uma maneira ligeiramente defasada em relação a isso, “governar” pode querer dizer “impor um regime”, impor um regime a um doente: o médico governa o doente, ou o doente que se impõe certo número de cuidados se governa. [...] “Governar” pode se referir também a uma relação entre indivíduos, relação que pode assumir várias formas, seja a relação de mando e de chefia: dirigir alguém, controlá-lo (FOUCAULT, 2008, p. 163).

O sentido de conduzir alguém, como vimos, é fundamental para Foucault. Essa condução contém em si uma imposição de regime, a direção de alguém, o controle. Quem é esse alguém que é controlado? O indivíduo, precisamente, os homens. Há uma diferença relevante entre o controle dos homens e o controle de uma cidade. Foucault articula essa diferença e, para isso, examina a antiguidade para tentar entender as raízes que levaram à condução dos homens. A sua tese é que a noção dos homens serem governáveis não é algo de grego nem de romano. De fato: “Ora, a ideia de que os homens são governáveis é uma ideia que certamente não é grega e que não é, tampouco, creio eu, uma ideia romana” (FOUCAULT, 2008, p. 165). Para aprofundar a sua tese, Foucault investiga como era a relação dos gregos com os seus deuses, como eles se submetiam e como os consultavam. Vejamos:

O deus grego funda a cidade, indica sua localização, ajuda na construção das muralhas, garante sua solidez, dá seu nome à cidade, pronuncia oráculos e, assim, dá conselhos. Consulta-se o deus, ele protege, ele intervém, às vezes ele também se zanga e se reconcilia, mas nunca o deus grego conduz os homens da cidade como um pastor conduziria suas ovelhas (FOUCAULT, 2008, p. 168).

A relação dos gregos com os deuses era baseada na consultoria, nos conselhos. O deus ajudava os cidadãos, mas sem vigiá-los de modo permanente, sem criar uma tábua de leis imutáveis que deveriam ser seguidas à risca. Os deuses gregos exerciam poder sobre os indivíduos, mas um poder não muito voltado para o controle, a vigilância, a punição. Trata-se de uma relação de poder muito diferente da do pastor, que é a figura que Foucault vai esmiuçar para entender um tipo de poder mais voltado para a condução, o controle. Para isso, distanciando-se do mundo grego, vai até o Oriente para avançar em sua compreensão. De fato:

(...) de uma maneira geral, creio que se pode dizer que a ideia de um governo dos homens é uma ideia cuja origem deve ser buscada no Oriente, num Oriente pré-

cristão primeiro, e no Oriente cristão depois. E isso sob duas formas: primeiramente, sob a forma da ideia e da organização de um poder de tipo pastoral, depois sob a forma da direção de consciência, da direção das almas (FOUCAULT, 2008, p. 166).

É fundamental, portanto, a análise do poder de tipo pastoral e da forma da direção de consciência, pois neles residem a ideia de governo dos homens. Como o poder pastoral se diferencia do poder dos deuses gregos? Qual a diferença relacional? Em uma primeira aproximação, como vimos, o deus grego ajuda os homens com a cidade, tenta conduzir os arredores de onde estão os homens, mas nunca os homens eles mesmos. O pastor desempenhará a condução contínua de seu rebanho, dos homens que estão sob o seu jugo. A relação de poder vista na Grécia é algo que é diferente do governo, pois só se governa alguém, e não um algo. A cidade, esse algo, recebe a ajuda dos deuses. O homem, esse alguém, é conduzido por um outro alguém, um outro homem. “Os que são governados, portanto, inicialmente, fundamentalmente, pelo menos através dessa primeira pesquisa, são os homens” (FOUCAULT, 2008, p. 165). O deus grego governa? Não. É o pastor quem governa. E como exatamente o poder do pastor se caracteriza? Foucault responde:

Esse poder do pastor, que vemos tão alheio ao pensamento grego e tão presente, tão intenso no Oriente mediterrâneo, principalmente entre os hebreus, como ele se caracteriza? Quais são seus traços específicos? Creio que podemos resumi-los da seguinte maneira. O poder do pastor é um poder que não se exerce sobre um território, é um poder que, por definição, se exerce sobre um rebanho, mais exatamente sobre o rebanho em seu deslocamento, no movimento que o faz ir de um ponto a outro. O poder do pastor se exerce essencialmente sobre uma multiplicidade em movimento. O deus grego é um deus territorial, um deus intramuros, tem seu lugar privilegiado, seja sua cidade, seja seu templo. O Deus hebraico, ao contrário, é o Deus que caminha, o Deus

que se desloca, o Deus que erra (FOUCAULT, 2008, p. 168).

Enquanto o deus grego atua sobre um território, o pastor vai além, consegue englobar uma grande quantidade de homens em suas interioridades, sem depender de um lugar, um espaço. O único espaço exigido pelo pastor é o crânio do homem, o corpo. Governa-se corpos humanos, bem como os seus espíritos, suas consciências. O Deus hebraico é errante, se desloca para dentro e para fora dos homens, consegue estar em todos os lugares ao mesmo tempo. A governamentalidade nada mais é que a compreensão de como a relação de poder do tipo governo sucedeu ao longo da história, conduzindo os homens nos mais diversos tempos. Podemos dizer, se Foucault nos permite, que é o estudo da mentalidade que há por trás do governo, o estudo das ideias que estruturam e possibilitam um poder como o governo. Qual a outra especificidade do poder pastoral? Como se dá, afinal, a condução dos homens? Foucault nos diz:

O poder pastoral se manifesta inicialmente por seu zelo, sua dedicação, sua aplicação infinita. O que é o pastor? Aquele cujo poder fulgura aos olhos dos homens, como os soberanos ou como os deuses, em todo caso os deuses gregos, que aparecem essencialmente pelo seu fulgor? De jeito nenhum. O pastor é aquele que zela. “Zelar”, é claro, no sentido de vigilância do que pode ser feito de errado, mas principalmente como vigilância a propósito de tudo o que pode acontecer de nefasto. Ele vai zelar pelo rebanho, afastar a desgraça que pode ameaçar qualquer animal do rebanho. Vai zelar para que as coisas corram o melhor possível para cada um dos animais do rebanho (FOUCAULT, 2008, p. 171).

O pastor é o eterno vigilante, aquele que zela pelo rebanho para que nenhuma ovelha se desvirtue ou sofra. Nesse sentido, o pastor é aquele que já assume conhecer as dores causadas pelo mundo e aquele que assume conhecer as virtudes necessárias para uma boa vida. A sua condução dos homens opera de tal maneira a delimitar o certo e o errado para eles. Para o

pastor, a vigilância deve ser perpétua, indo ao íntimo de cada homem, buscando compreender o que o outro pensa, o que sente, o que deseja. O pastor tenta entender o fluxo temporal que há em cada homem, o que cada um almeja realizar no tempo que lhe é dado. Foucault aponta:

A vida cotidiana deve ser efetivamente assumida e observada, de sorte que o pastor deve formar, a partir dessa vida cotidiana das suas ovelhas, que ele vigia, um saber perpétuo que será o saber do comportamento das pessoas e da sua conduta (FOUCAULT, 2008, p. 239).

O pastor, portanto, é aquele que busca saber tudo sobre aqueles que conduz, é aquele que detém o saber de todo o rebanho. Alguém com tanta informação a seu dispor possui uma grande quantidade de poder, poder para manipular os homens, para obter vantagem, para mudar o curso natural dos eventos. Trata-se da linha tênue que separa o bom pastor do mau pastor. O primeiro se sacrifica pelo rebanho, aceitando até mesmo a morte para que o rebanho siga em frente. O segundo é aquele que só quer informações ou pessoas o bastante para vendê-las. Foucault chega a falar sobre esse tema:

Toda a preocupação do pastor é uma preocupação voltada para os outros, nunca para ele mesmo. Está aí, precisamente, a diferença entre o mau e o bom pastor. O mau pastor é aquele que só pensa no pasto para seu próprio lucro, que só pensa no pasto para engordar o rebanho que poderá vender e dispersar, enquanto o bom pastor só pensa no seu rebanho e em nada além dele. Não busca nem seu proveito próprio no bem-estar do rebanho. Creio que vemos surgir aí, esboçar-se aí um poder cujo caráter é essencialmente oblativo e, de certo modo, transicional (FOUCAULT, 2008, p. 171).

Sendo o pastor bom ou mau, ele precisa vigiar o seu rebanho, permanentemente. Deve ensinar aos homens o certo e o errado, o aprovável e o reprovável. “Temos, portanto, um ensino integral que implica, ao mesmo tempo, um olhar exaustivo do pastor sobre a vida das suas ovelhas” (FOUCAULT, 2008, p. 239). Esse ensino integral também cria uma relação

de dependência entre os homens e o pastor, de modo que os homens devem se reportar ao pastor para que sempre se mostrem na linha, no aprovável. Essa relação de ir até o pastor para se reportar é a deixa que temos para analisar aquilo que Foucault chama de direcionamento de consciência.

Do que se trata tal direcionamento? Nada mais que se sujeitar a alguém que vai poder lhe dirigir. Foucault também vai à antiguidade para analisar esse tópico. Sempre houve tal direcionamento, tal vontade dos homens serem guiados por alguém mais sábio, serem dirigidos por aqueles que conhecem mais. “Os sofistas tinham barracas de direção de consciência nas praças públicas. A consulta era paga” (FOUCAULT, 2008, p. 240). O pagamento por esse direcionamento só consolida ainda mais o desejo profundo dos homens por ele. Um aspecto fundamental desse direcionamento na antiguidade é que ele era circunstancial. De fato:

[...] a direção de consciência na Antiguidade era circunstancial, isto é, ninguém se deixava dirigir a vida inteira e a respeito de todos os aspectos da vida, só quando passava por um mau momento, por um episódio duro e difícil, é que ia consultar um diretor de consciência [...]. Portanto a direção de consciência era voluntária, episódica, consoladora, e passava, em certos momentos, pelo exame de consciência. Ou seja, essa direção implicava muitas vezes que o diretor dissesse, convidasse, coagisse mesmo [...] a fazer todos os dias, à noite, um exame do que havia feito, das coisas boas ou ruins que podia ter feito, do que lhe havia acontecido, em suma, a repassar a existência do dia, ou um fragmento de existência, passá-la pelo filtro de um discurso, de modo a fixar em verdade o que havia acontecido e os méritos, a virtude, os progressos de quem se examinava assim (FOUCAULT, 2008, p. 240).

Esse tipo de direção, mais livre, episódica, voluntária, era uma busca isolada para a resolução de alguma dificuldade, ou para um melhor entendimento do episódio difícil. Aquele que direcionava pedia ao direcionado que examinasse a si mesmo, que buscasse as raízes daquilo que

lhe incomodava ou daquilo que lhe faltava. Esse tipo de direcionamento, portanto, tinha um objetivo muito claro. Esse objetivo, diz Foucault:

Era precisamente que a pessoa que se examinava pudesse assumir o controle de si mesma, tornar-se senhora de si, sabendo exatamente o que tinha feito e em que ponto estava em seu progresso. Era, portanto, uma condição do controle de si (FOUCAULT, 2008, p. 240).

De modo completamente oposto vai operar o direcionamento de consciência do pastor. Com a vigilância perpétua, o pastor vai direcionar os homens não para eles mesmos, para o entendimento de suas interioridades, mas para o entendimento da relação de dependência, para o entendimento de que devem se reportar a ele, de que devem se manter na linha do aprovável, não importando o julgamento próprio dos homens, não importando o efetivo controle de si mesmo. “A direção de consciência é absolutamente permanente, é a propósito de tudo e a pessoa vai ser dirigida por toda a vida” (FOUCAULT, 2008, p. 241). O que está em jogo para o pastor são as vidas inteiras de seu rebanho, no mundo e também no além-mundo. O exame de si não é para que os homens sejam senhores, mas para que reforcem ainda mais a sujeição ao pastor. De fato:

Você só examina a sua consciência para poder ir dizer ao diretor o que você fez, o que você é, o que sentiu, as tentações a que foi submetido, os maus pensamentos que deixou em si, ou seja, é para melhor marcar, para ancorar melhor ainda a relação de dependência ao outro que se faz o exame de consciência. O exame de consciência na Antiguidade clássica era um instrumento de controle, aqui vai ser, ao contrário, um instrumento de dependência. E o indivíduo vai formar de si, a cada instante, pelo exame de consciência, certo discurso de verdade (FOUCAULT, 2008, p. 241).

O que é, afinal, esse exame de consciência? É justamente reviver aquilo que ocorreu, é relembrar, recordar. Quando Foucault fala sobre

direcionamento de consciência, não aprofunda no que seja o exame que se segue ao direcionamento. Esse exame nada mais é que uma capacidade da nossa memória, a capacidade que temos de reaver as imagens que passaram por nós durante um tempo corrido. Quando Foucault distingue o exame da antiguidade como um instrumento de controle e o exame pedido pelo pastor como um instrumento de dependência, o que ocorre, em outras palavras, é que há uma memória que nos orienta em nós mesmos e uma memória que nos orienta para aquele que nos conduz, uma memória que nos distancia de nós mesmos. Que tipo de memória seria essa? Devemos, agora, entender que sentido de memória estamos perseguindo, bem como a sua possível articulação com o governo dos homens, isto é, a governamentalidade.

Em suas *Confissões*, no livro dez, Santo Agostinho diz que entra na memória e lá consegue controlar as imagens que sucederam em sua vida. “Quando lá entro mando comparecer diante de mim todas as imagens que quero. Umam apresentam-se imediatamente, outras fazem-me esperar por mais tempo [...]” (AGOSTINHO, 1980, p. 216). É importante notar que os eventos lhe surgem como imagens, tudo aquilo que vivenciou pode então ser revivido no frescor das imagens da consciência. Isso quer dizer que sempre estamos na presença das imagens, que elas surgem em nós e que podemos buscá-las. Por que é importante notar isso? Porque se trata justamente de um exemplo de como nos orientamos em nós mesmos por meio da memória. Agostinho diz: “É lá que encontro a mim mesmo, e recorro as ações que fiz, o seu tempo, lugar, e até os sentimentos que me dominavam ao praticá-las (AGOSTINHO, 1980, p. 217). A memória tem caráter posicional e de controle, conseguimos controlar as imagens que se passaram em nossa vida.

Apesar de analisar a memória e as suas funções específicas, Agostinho tem por objetivo alcançar a Deus, encontrar na memória uma forma de ascender ao reino divino. A sua busca por Deus, no entanto, acaba fazendo-o examinar profundamente a própria vida. Esse exame é uma forma de se reportar a Deus, de se desnudar diante daquele que julga ser o zelador supremo. O objetivo de Agostinho não impede uma análise em separado dos seus escritos sobre a memória e sobre a temporalidade, mas as *Confissões*

dão a entender que o encontro de si mesmo depende de Deus. A própria noção de confissão, algo secreto que de repente se revela no tempo em que o sujeito se reporta ao pastor, instaura uma relação de dependência da memória, e não de controle. Importa-nos, no entanto, a colocação de que podemos, pela memória, encontrar a nós mesmos, além de que podemos reaver as imagens do tempo que sucede. Tirando das *Confissões* o seu caráter confessional, temos relevantes análises sobre a memória, análises que mesmo Edmund Husserl vai julgar como fundamentais.

Ao contrário de Agostinho, Husserl não tem qualquer pretensão religiosa em suas análises. Pretende, antes de tudo, entender como a memória aparece para nós, como podemos acessá-la de modo direto e como ela nos possibilita uma relação profunda com a temporalidade e o seu tripé, ou seja, passado, presente e futuro. Husserl quer justamente entender como o tempo aparece na consciência, na nossa vida interna, interior. Para tanto, vai dividir a memória em recordação primária e recordação secundária. Vejamos: “Caracterizamos a recordação primária ou retenção como uma cauda de cometa, que se agrega à respectiva percepção. Disso deve ser inteiramente distinguida a recordação secundária, a recordação iterativa” (HUSSERL, 2017, p. 81). A recordação primária ou retenção nada mais é que a preservação daquilo que acabou de suceder, daquilo que foi percebido.

A percepção é aquilo que nos coloca na pessoalidade do evento. Se estou em uma sala de concerto ouvindo a orquestra, a estou percebendo. A cada percepção segue uma retenção, como uma cauda de cometa, diz Husserl. Não há percepção sem uma retenção subsequente. A retenção nos orienta naquilo que acabou de passar, ela tem a importantíssima função de preservar e estender o sentido do que foi percebido. Como poderíamos nos orientar em torno de um assunto se não tivéssemos algo como a retenção? A experiência seria a todo momento reiniciada, sem possibilidade de continuidade.

Nosso foco principal é na recordação secundária, pois ela vai além do caráter de preservação. É nela que podemos examinar o passado, recolher as imagens que nos importam, é nela que temos a liberdade para rever, com exatidão ou não, aquilo que se passou. Sem a recordação primária, a

secundária não seria possível. Como examinar o passado se sequer tenho algo com sentido de passado? A recordação secundária, ou iterativa, como chama Husserl, justamente itera os eventos, isto é, podemos repetir os eventos, revê-los como se fossem a primeira vez. Ele explicita um caso desse tipo de recordação:

Consideremos um caso de recordação secundária: recordamo-nos, digamos, de uma melodia que ouvimos recentemente num concerto. É então manifesto que o fenômeno da recordação tem no seu todo, *mutatis mutandis*, precisamente a mesma constituição que a percepção da melodia (HUSSERL, 2017, p. 82).

Esse exame mais profundo do passado é, precisamente, a capacidade de reflexão. Reconstituir os eventos que percebemos, que vivenciamos, revê-los tais como em uma percepção que nos coloca frente a frente com a coisa, é disso que se trata a capacidade reflexiva. Vejamos:

Quando surge um protodado, uma nova fase, a precedente não se perde, mas é “conservada ao alcance da mão” (isto é, precisamente, “retida”) e, graças a esta retenção, é possível um olhar retrospectivo que fala da fase decorrida de um objeto: quando tenho em minhas mãos a fase decorrida, eu vivo na fase presente, “junto-a” – graças à retenção – à fase passada, e fico dirigido para o adveniente [...]. Mas dado que tenho à mão, posso dirigir o olhar para ela através de um novo ato a que se chama reflexão (percepção imanente) ou recordação iterativa (HUSSERL, 2017, p. 178).

Husserl até mesmo chama a reflexão de percepção imanente, isto é, é como se a reflexão nos colocasse na pessoalidade do passado, é só com ela que vemos o passado em sua característica temporal. A reflexão é exatamente essa capacidade que temos de rever o passado. É refletindo que podemos entender como a temporalidade aparece para nós, em nossas consciências. Refletindo, examinamos o passado para entendermos a nós mesmos. Husserl não se reporta a ninguém além de si mesmo, é com o seu

eu e sua relação com a temporalidade que busca compreender a aparição dos fenômenos.

Agora devemos entender como essa reflexão, na contemporaneidade, não nos orienta a nós mesmos, mas sim a outros que nos conduzem. Veremos, portanto, a íntima conexão entre governamentalidade e memória, algo que Foucault não disse explicitamente ao falar sobre o exame de consciência que se reporta ao pastor, que gera um vínculo de dependência. Essa conexão será melhor compreendida na dualidade conceitual, a saber, da reflexão e da flexão.

Reflexão e flexão

Aquele que examina a própria consciência está refletindo? Em sentido lato, sim. Examinar o passado e reaver as imagens que antes foram percebidas é, como vimos em Husserl, reflexão. Devemos, no entanto, adicionar um sentido estrito a essa colocação de Husserl. A reflexão, além da capacidade de reconstituir as imagens, também implica um movimento que vai ao passado e volta para nos orientar. Como assim? Podemos nos utilizar dos exemplos de Foucault. Na antiguidade, aquele que era encarregado de direcionar as consciências pretendia revelar ao direcionado o seu próprio eu, suas potencialidades e problemas. O direcionado refletia, examinava os eventos de sua vida pregressa e então se orientava na atualidade, se orientava para as dimensões de si mesmo, dava atenção à própria vida. No direcionamento pastoral, ao contrário, a reflexão, o exame dos eventos ocorrem para que possam ser reportados ao pastor. O sujeito vai ao passado e volta não para se orientar, mas para orientar ao pastor sobre a própria vida, sobre os erros, desejos, crenças e demais estados espirituais.

Há uma diferença crucial de movimento. Aquele que é direcionado para si e para as suas potencialidades vai e volta por si, enquanto o que é direcionado para reportar vai e volta pelo direcionador. No que tange à própria interioridade, ele vai e volta sabendo que não é senhor de si mesmo, e aceita essa condição. Essa característica já não é mais uma reflexão, mas

flexão. O que isso quer dizer? Simplesmente que o sujeito vai e volta, mas se curvando. Uma flexão é justamente o ato de se curvar. No caso que estamos falando, é um curvar-se para alguém, a saber, para o pastor. Quem reflete se curva e então se levanta, se apropria de si mesmo. Aquele que vive na flexão se curva e não se levanta, permanece nessa condição. Esse tipo de memória nos mantém sempre conectados nos desejos e vontades do direcionador.

Quem, hoje, desempenha a função do pastor? Quem vigia permanentemente o rebanho? As instituições, sem dúvida. Em um outro momento que define a governamentalidade, Foucault assim coloca:

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008, p. 143).

As instituições governam a população, conduzem os seus movimentos, desejos, crenças, vontades. E como a memória se coloca em meio a tudo isso? Hoje, as instituições possuem infinitas formas de nos distanciar de nós mesmos para que reportemos tudo para elas. As redes sociais são os exemplos basilares dessa relação de dependência. Na rede Instagram, por exemplo, somos convidados a depositar todas as nossas melhores memórias. A rede serve como um espaço que podemos examinar o nosso passado, mas às custas da nossa curvatura para a instituição. Hoje somos convidados a nos examinarmos não para sermos senhores de nós mesmos, mas para nos reportarmos às redes sociais. Hoje, elas desempenham a função do pastor, e nada mais são que instituições. Em detrimento da reflexão, de irmos ao passado e voltarmos para a nossa própria orientação, vamos ao passado e voltamos para reportar tudo às instituições.

Qual seria, então, a secreta chave entre a governamentalidade e a memória? Ora, o governo dos homens é feito de tal forma que a nossa memória é enfraquecida, a reflexão se torna flexão, a orientação para nós mesmos se torna orientação para aquele que nos direciona. Além disso, um tipo peculiar de memória é estimulado em nós pelas instituições, aquilo que chamamos de memória competitiva. O que é o Instagram senão um conflito entre as melhores memórias possíveis? Todos estão guerreando para obter visibilidade, e para isso investem nos *highlights* de suas vidas. As memórias deixam de pertencer à interioridade e vão ao campo de guerra batalhar, todas orientadas pelas regras da instituição, que define o que é certo e o que é errado, o que é interessante e o que é desprezível. O que é a memória competitiva? Uma memória que nos conecta permanentemente com a guerra e que nos mantém curvados para ela, isto é, aceitamos a guerra como natural, até gostamos, tudo para alimentar a instituição e dela receber a possibilidade de destaque, de subir ao palco para conversar com o pastor, mas sem qualquer garantia.

Pierre Dardot e Christian Laval, em *A nova razão do mundo*, analisam como o neoliberalismo se torna uma racionalidade que define uma norma de vida. “Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 16). Além disso: “Há quase um terço de século, essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 16). A competitividade se torna um princípio básico e universal. Vejamos:

A exigência de “competitividade” tornou-se um princípio político geral que comanda as reformas em todos os domínios, mesmo os mais distantes dos enfrentamentos comerciais no mercado mundial. Ela é a expressão mais clara de que estamos lidando não com uma “mercantilização sorrateira”, mas com uma expansão da racionalidade de mercado a toda a existência por meio da generalização da forma-empresa (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 27).

Precisamente, a necessidade de competição também passa para a esfera da memória, onde todos esperamos ganhar a aprovação das instituições, em outras palavras, ganhar visibilidade para que a nossa própria imagem seja um exemplo de como ser flexível traz bons retornos para a vida. Como, assim, ser flexíveis? Quando a reflexão se torna flexão, também nos tornamos flexíveis, isto é, ganhamos a habilidade de estar em vários lugares ao mesmo tempo, de saber de tudo um pouco. Essa habilidade, no entanto, só nos coloca diante da superficialidade. Nos curvamos diante dos diversos assuntos, mas não conseguimos nos levantar, não conseguimos dominar um assunto com maestria, pois olhamos tudo ao mesmo tempo. A flexibilidade é o oposto da radicalidade, isto é, do impulso de ir às raízes, de compreender as coisas de modo profundo. A reflexão em sentido estrito é radical, pois nos leva às raízes de nós mesmos, ao passo que a flexão é amena, nos levando à visão já filtrada de quem nos direciona, uma visão arrefecida e simplificada. A flexão não orienta, mas desorienta, posto que nos arremessa em um corredor cheio de vitrines para que possamos olhar de tudo um pouco.

A condução dos homens, portanto, é uma condução que busca a destruição da reflexão, construindo sujeitos cada vez menos críticos e menos orientados para a própria interioridade. A falta de orientação é a falta de memória, cada vez mais temos dificuldade para aprender com profundidade as coisas. A falta de reflexão nos distancia do controle das imagens, como dizia Agostinho, imagens que passam a não fazer mais sentido. Nos curvamos para as imagens e não levantamos mais. Hoje, são elas que nos direcionam para o exame de si, um exame enviesado pelas regras das instituições, regras que alimentam a guerra permanente.

E como a educação fica no meio disso tudo? Como a educação flexiva tomou o lugar da educação reflexiva? Hoje, somos impulsionados a entender de tudo um pouco para que tenhamos condições de sermos aprovados em exames competitivos. O que esses exames examinam? O que o aluno foi capaz de compreender? O que foi capaz de memorizar? Examinam, sobretudo, aquele que melhor adotou a competitividade, aquele que entendeu há tempos que só se vence competindo. O neoliberalismo nos

curvou de tal maneira que não sabemos mais como nos levantar. A pergunta é: como podemos recuperar a nossa relação orientadora de memória? Uma relação orientadora que nos coloca em nós mesmos? Um esboço de resposta é a adoção da reflexão radical. Talvez só possamos escapar das amarras orientadoras das instituições se irmos às raízes de nós mesmos, aceitando não os problemas já pré-estabelecidos, mas aceitando os próprios problemas da interioridade e das relações sociais. Talvez possamos ensinar aos alunos uma forma autônoma de pensar, sem que dependam de um professor-pastor, mas que possam contar com a ajuda episódica, nunca para a vida inteira, de um professor-amigo.

A educação flexiva preza pelo excesso de matérias, pelo esgotamento dos alunos, esgotamento que os levam progressivamente para mais perto do chão, em um movimento de curvatura. Devemos estimular uma nova pedagogia da memória, pedagogia esta que adota a orientação de si como criticidade e a reflexão que vai ao passado e volta para orientar as ações como fundamental para o encontro de si mesmo. Há a possibilidade da memória competitiva ser superada com a educação reflexiva, quando entendermos que a guerra não é a solução.

Considerações finais

Entendemos que a governamentalidade trata das relações de poder que possibilitam a condução dos homens, a condução de suas subjetividades. Por meio do poder pastoral, o governo dos homens ultrapassa os territórios e vai à intimidade dos indivíduos, afetando mesmo a memória. Vimos que o direcionamento de consciência pastoral é permanente, atuando por toda a vida de quem é dirigido, até mesmo nos meandros do exame da própria consciência, da reflexão. A reflexão deixa de ser uma orientação do indivíduo para com a sua interioridade para orientar o direcionador sobre todos os estados espirituais daquele indivíduo. Esse tipo de reflexão, como vimos, deve ganhar uma nova nomenclatura, a de flexão, a capacidade de ir ao passado e voltar para orientar não a si, mas ao direcionador.

Qual seria, portanto, a íntima conexão da governamentalidade com a memória? As instituições passam a conduzir os homens de forma que sejam pobres em memória, carentes de conhecimento e ricos em informações. Para as instituições é interessante que os indivíduos não reflitam para encontrar a si mesmos, mas que reflitam a partir do que é pré-estabelecido como relevante por elas para que então os indivíduos encontrem aquilo que mais gostam de consumir. As instituições nos conduzem para que sejamos flexíveis, sujeitos que aceitam de tudo um pouco, que sabem o mínimo sobre uma diversidade de assuntos. A flexibilidade nos coloca em uma infinidade de imagens, mas não conseguimos controlá-las, não refletimos sobre elas.

Mesmo a educação é conduzida pela flexibilidade. Os alunos buscam entender de tudo um pouco para que sobrevivam à guerra, para que sejam aprovados nos exames de faculdade, de trabalho. A memória se torna competitiva, uma orientação constante para a guerra, uma lembrança de que precisamos competir, ou seremos destruídos. A arma contra a flexibilidade é a radicalidade, o ímpeto de ir às raízes das coisas, incluindo a nós mesmos. Talvez só a educação reflexiva poderá superar a educação flexiva.

Referências

- AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
DARDOT, P; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
HUSSERL, E. *Lições para uma fenomenologia da consciência interna do tempo*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2017.

Data de registro: 05/05/2022

Data de aceite: 26/10/2022